



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA ACADÊMICA
ÁREA: CONTABILIDADE GERENCIAL
PROFESSOR ORIENTADOR: CARLOS ANTONIO DIAS CHAGAS

**AUDITORIA INTERNA E O CONTROLE
DAS INFORMAÇÕES EM SISTEMAS INTEGRADO:
ADMINISTRATIVO – CONTÁBIL – FINANCEIRO.**

ANDRÉ LUIZ PINTO ARAÚJO
MATRÍCULA Nº 2017494-8

Brasília/DF, junho de 2005



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA ACADÊMICA

**AUDITORIA INTERNA E O CONTROLE
DAS INFORMAÇÕES EM SISTEMAS INTEGRADO:
ADMINISTRATIVO – CONTÁBIL – FINANCEIRO.**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Professor Orientador: Carlos Antonio Dias Chagas

Brasília/DF, junho de 2005

ANDRÉ LUIZ PINTO ARAÚJO

**AUDITORIA INTERNA E O CONTROLE DAS INFORMAÇÕES EM SISTEMAS
INTEGRADO: ADMINISTRATIVO – CONTÁBIL – FINANCEIRO.**

Essa monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília, obtendo a nota de _____ atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Professor

Coordenador de monografia do Departamento

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA:

Professor: (orientador) Carlos Antonio Dias Chagas

Departamento de Contabilidade do UniCeub

Nota atribuída

Professor: (convidado) João Alberto Arruda

Departamento de Contabilidade do UniCeub

Nota atribuída

Professor: (convidado) Nolberto Betim Furquim Serto

Departamento de Contabilidade do UniCeub

Nota atribuída

Brasília/DF, 2004

Agradecimentos:

Cabe, em primeiro lugar, agradecer a Deus, pelas graças derramadas sobre nós. De ter permitido o êxito deste trabalho e por ter me abençoado em todos os momentos.

A minha família, pilar de minha existência, por ter me apoiado e compreendido em todos os momentos.

A minha namorada, Márcia, pelo companheirismo e incentivo.

Aos meus professores, em geral, por sua perseverança e dedicação na missão do ensino, ao coordenador do curso de Ciências Contábeis João Ardênio Brixner, por sua representação eficiente junto à FASA, aos meus amigos do curso e por fim ao meu orientador Carlos Antonio Dias Chagas, por sua atenção e dedicação.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, deram sua contribuição e incentivo para que eu chegasse a mais essa conquista.

Resumo

ARAÚJO, André Luiz Pinto. Auditoria Interna e o Controle das Informações em Sistemas Integrado: Administrativo, contábil, financeiro. Brasília, 2005. Pág.51 Monografia. Curso de Ciências Contábeis. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

A pesquisa discorre sobre sistemas de informações, controle interno e auditoria interna, tendo como objetivo demonstrar a importância do controle sobre as informações enviadas ao sistema, sob o ponto de vista da auditoria interna, ou seja, avaliar o controle dos sistemas de informações através da atividade de auditoria interna, com o enfoque em produzir informações fidedignas que possam demonstrar o retrato verídico da empresa. A metodologia utilizada foi de pesquisas em livros de auditoria interna e sistemas de informações, em revistas especializadas e a utilização de matérias publicadas em sites voltados para esse tema. Sendo evidenciado elementos essenciais que caracterizam os sistemas de informações, a relação entre as atividades da auditoria interna e os sistemas de informações, as vantagens advindas da atividade da auditoria interna, no controle das informações direcionadas ao sistema, que servem de alerta para uma série de conseqüências à empresa que não utiliza o trabalho da auditoria interna nos sistemas de informações. Logo se concluiu que as empresas necessitam da atividade da auditoria interna no controle das informações direcionadas ao sistema, pois, assegura maior correção dos registros, contribui para obtenção de melhores informações sobre a real situação da empresa, aponta a existência de falhas, erros e fraudes na entidade e no controle interno dos sistemas de informações.

Palavras Chaves: Auditoria Interna; Controle Interno; Sistemas de Informações.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 TEMA	10
3 PROBLEMATIZAÇÃO	10
4 OBJETIVO GERAL	10
5 OBJETIVOS ESPECIFICOS	10
6 METODOLOGIA	11
7 SISTEMA DE INFORMAÇÕES	12
7.1 ATIVIDADES DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	15
7.2 ELEMENTOS BÁSICOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	17
7.3 A ESTRUTURA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVO/ CONTÁBIL/ FINANCEIROS	20
8 CONTROLE INTERNO	22
8.1 CONCEITO E DEFINIÇÃO DE CONTROLE INTERNO	24
8.2 OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO	28
8.3 IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO	29
8.3.1 QUANTO A FUNÇÃO	30
8.3.1.1 PREVENTIVOS	30
8.3.1.2 DETECTIVOS	31
8.3.1.3 CORRETIVOS	31
8.3.2 QUANTO A NATUREZA	33
8.3.2.1 ADMINISTRATIVO	33
8.3.2.2 CONTÁBEIS	33
8.3.3 QUANTO AOS PRINCÍPIOS	34
8.3.3.1 EXATIDÃO	34
8.3.3.2 TEMPESTIVIDADE	35
8.3.3.3 EFICÁCIA	36
8.3.3.4 EFICIÊNCIA	36
8.3.3.5 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	37
8.4 IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO EM FUNÇÃO DAS INFORMAÇÕES ENVIADAS AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	38

9 AUDITORIA INTERNA	39
9.1 CONCEITO E DEFINIÇÕES	39
9.2 OBJETIVOS DA AUDITORIA INTERNA	42
9.3 CUIDADOS QUE A AUDITORIA INTERNA DEVE TER EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	43
<u>10 CONSEQÜÊNCIAS QUE UMA EMPRESA PODE TER SE NÃO EXISTIR A ATIVIDADE DA AUDITORIA INTERNA, NO CONTROLE DAS INFORMAÇÕES DIRECIONADAS PARA O SISTEMA DE INFORMAÇÕES</u>	45
<u>CONCLUSÃO</u>	48
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	50

1 INTRODUÇÃO

O trabalho a ser pesquisado discorre sobre a auditoria interna e o controle das informações em sistemas integrados da empresa, com o objetivo de demonstrar a importância do controle interno, sobre as informações enviadas ao sistema de informações, sob o ponto de vista da auditoria interna, que tem a finalidade de avaliar, identificar, demonstrar, evidenciar, assessorar e assegurar uma maior correção dos registros, contribuindo para obtenção de uma melhor informação sobre a real situação da empresa, apontando falhas, erros, fraudes que podem representar um fraco controle interno.

Pois, os principais ativos das empresas são suas informações e os recursos humanos que delas se utilizam. Essas informações são colhidas, processadas, armazenadas e fornecidas para orientarem as decisões e rotinas. A qualidade e a confiabilidade desses dados influem decisivamente no sucesso dos negócios. Por essa importância vital, fica visível a necessidade e a utilidade de se garantir sua qualidade. Assim, a Auditoria interna deve ter uma especialização a mais para desempenhar esta missão. É necessário que conheça o processamento de dados.

A auditoria interna pode ser percebida como componente de um amplo conceito social de regular a atividade humana dentro de uma estrutura econômica. Seu sucesso está condicionado pelos conflitantes, auto-interesse de seus participantes, tais como: os produtores de informações contábeis e financeiras em geral, os reguladores, os usuários e auditores independentes. A proposta explicitada neste trabalho envolve cada um desses grupos constituintes. O papel da auditoria interna vista como uma função técnica e neutra, cujo objetivo é atestar a veracidade das informações produzidas pelos Sistemas de Informações.

Os sistemas informatizados tiveram sua aplicação tão ampliada com o passar dos anos, que hoje é quase impossível, imaginarmos uma entidade sem eles. Instituições financeiras, indústrias, comércio, serviços, tudo está estruturado em nível de controles sobre os sistemas informatizados.

Dessa forma, o auditor interno não pode furtar-se à possibilidade de examinar e avaliar esses sistemas. O auditor interno envolve-se no processo de planejamento, desenvolvimento, testes e aplicação dos sistemas, preocupando-se com a estrutura lógica, física, ambiental, organizacional de controle, segurança e proteção de dados. Cabe-lhe informar a administração sobre: adequação, eficácia, eficiência e desempenho dos sistemas e respectivos procedimentos de segurança em processamento de dados.

A Auditoria Interna nos Sistemas Informatizados tem se tornado uma necessidade para as empresas, na medida em que se vão modernizando as rotinas. Os sistemas informatizados têm crescido em tamanho e complexidade, a fim de atender ao processamento de grandes volumes de dados. A evolução da tecnologia e a necessidade das organizações e dos técnicos se atualizarem e modernizarem, tem ocasionado a elevação do turnover de profissionais com tecnologia sofisticada, aumentando os riscos de fraudes, roubo de informações confidenciais, utilização inadequada ou destruição ou mutilação acidental de dados e/ou programas vitais.

2 TEMA

Auditoria Interna e o Controle das Informações em Sistemas Integrado:
Administrativo – Contábil – Financeiro

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Quais as conseqüências que uma empresa pode ter se não existir a atividade da Auditoria Interna, no controle das informações direcionadas para o Sistema de Informações Integrado (Administrativo, Contábil, Financeiro)?

4 OBJETIVO GERAL

Demonstrar a importância do controle interno, sobre as informações enviadas ao Sistema de Informações Integrado (Administrativo, Contábil, Financeiro), sob o ponto de vista da Auditoria Interna, com a finalidade de avaliar a eficiência, as vantagens e desvantagens do controle da empresa.

5 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- 1) Identificar os elementos essenciais que caracterizam o Sistema de Informações Integrado (Administrativo, Contábil, Financeiro).
- 2) Demonstrar a importância do Controle Interno em função das informações enviadas ao Sistema de Informações Integrado (Administrativo, Contábil, Financeiro).
- 3) Evidenciar a relação entre as atividades da Auditoria Interna e o Sistema de Informações Integrado (Administrativo, Contábil, Financeiro).

4) Demonstrar as vantagens e desvantagem do Sistema de Informações Integrado (Administrativo, Contábil, Financeiro), sob o ponto de vista da Auditoria Interna.

6 METODOLOGIA

A metodologia aplicada envolverá a pesquisa bibliográfica através de levantamentos informações em livros de auditoria e sistema de informações contábeis, revistas especializadas e uso de alguns sites que tratam dos assuntos em estudo.

7 SISTEMA DE INFORMAÇÕES

A tecnologia da informação está redefinindo os fundamentos dos negócios. Atendimento ao cliente, operações, estratégia de marketing e distribuição dependem muito, algumas vezes até totalmente, dos sistemas de informações.

A tecnologia da informação pode ajudar todo os tipos de empresas a melhorarem a eficiência e eficácia de seus processos empresariais, tomada de decisões gerenciais e colaboração de grupos de trabalho e com isso pode fortalecer suas posições competitivas em um mercado em rápida transformação.

Os sistemas de informações administrativo, contábil e financeiro compreendem um subconjunto do sistema de informação total da empresa. Há integração entre eles, uma vez que a informação permeia as atividades empresariais.

Os sistemas de informações são aglutinados segundo a estrutura orgânica definidora dos vários ambientes empresariais, sendo os sistemas de informações administrativo, contábil e financeiro componentes das áreas de controladoria, financeira, administrativa e da contabilidade.

Na realidade, os sistemas de informações administrativo, contábil e financeiro buscam dados em toda as atividades empresariais, executam o processamento e geram informações representativas da dinâmica organizacional.

É preciso deixar claro, a diferença entre dados e informações:

Conforme Rezende e Abreu,¹ *“Dados é entendido como um elemento da informação, um conjunto de letras, números ou dígitos, que, tomado isoladamente, não transmite nenhum conhecimento, ou seja não contem um significado claro”*.

¹ REZENDE, Denis Alcides. et al. Tecnologia da informação aplicada a sistema de informações empresariais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p.60

Dados consistem em uma representação dos fatos adequadamente abstraídos e modelados de forma a aproveitar ao máximo os recursos de infra-estrutura necessários para se completar o ciclo (processamento, armazenamento e recuperação) desde que esteja garantida a possibilidade de recuperar-se a informação desejada. Os dados podem ser de imagens, áudio ou vídeo. Quando esses dados estão organizados ou arrançados de uma maneira significativa, eles se tornam em informação.

Informação é todo o dado trabalhado, útil, tratado, com valor significativo atribuído ou agregado a ele e com um sentido natural e lógico para quem usa a informação. Quando a informação é trabalhada por pessoas e pelos recursos computacionais, possibilitando a geração de cenários simulações e oportunidades, pode ser chamada de conhecimento. O conceito de conhecimento complementa o de informação com valor relevante e de propósito definido.²

Stair e Reynolds consideram,³ *“Informação uma coleção de fatos organizados de modo que adquirem um valor adicional além do valor dos próprios fatos”*.

Informação consiste nos dados que, após um processamento, estão organizados e modelados de uma forma inteligível e útil para as pessoas interessadas, adquirindo um valor adicional além do que está demonstrado nos próprios dados que é o conhecimento.

Com a informação, tão importante é o conceito de sistema:

Sistema é um conjunto de elementos ou componentes que interagem para se atingir objetivos. Os próprios elementos e as relações entre eles determinam como o sistema trabalha. Os sistemas possuem entradas, mecanismos de processamento e saídas, feedback.

Quem movimenta a estrutura e dá dinamismo à empresa, é o conjunto de seus sistemas de informação, o qual possibilita o planejamento e o controle das operações realizadas pela empresa.

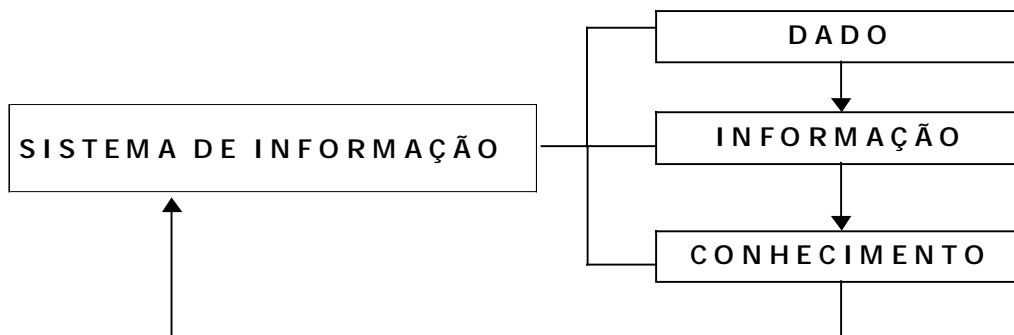
² Ibid., p.60

³ STAIR, Ralpl M. et al. Principio de sistema de informação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. p.04

O sistema de informações tem alguns elementos que ajudam formar uma opinião sobre o seu conceito:

- a) informação: dados formatados, textos, imagens, sons;
- b) recursos Humanos: pessoas que coletam, armazenam, recuperam, processam, disseminam e utilizam informações;
- c) tecnologias da Informação: hardware, software, comunicação;
- d) práticas de trabalho: métodos utilizados para a realização de cada atividade.

Sistema de informação consiste na combinação de recursos, pessoas, facilidades, tecnologias, procedimentos e controle com a finalidade de processar os dados e produzir informações significativas em tempo hábil para a tomada de decisão e permitir as organizações o cumprimento de seus objetivos principais.



Segundo Gil,⁴ “*Sistema de Informação compreendem um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informação*”.

Sistema de informações é uma combinação de pessoas, facilidades, tecnologias, mídias, procedimentos e controles com os quais se pretende manter canais de comunicações relevantes, transações rotineiras, chamar a atenção dos gerentes e outras pessoas para eventos internos e externos significativos e assegurar bases pra a tomada de decisões inteligentes.⁵

⁴ GIL, Antonio de Loureiro. Sistema de informações contábil/financeiro. São Paulo : Atlas, 1992. p.14

⁵ PADOVEZE, Clovis Luís. Sistema de informações contábeis. São Paulo : Atlas, 1998. p.45

De acordo com Padoveze,⁶ “Sistema de informações se defini como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, para com seu produto, permitir as organizações o cumprimento de seus objetivos principais”.

7.1 Atividades do Sistema de Informações

Conforme Gil:⁷

- Entrada: Envolve a captação ou coleta de dados brutos dentro da organização ou de seu ambiente externo. Na entrada ocorrem tarefas de registros de dados, agrupados em lotes, verificação e transcrição, que corresponde às fases de observação, codificação e transmissão.
- Processamento: Conversão da entrada bruta em uma forma útil e apropriada. No processamento são executadas tarefas de classificação, pesquisa, seleção, cálculos, sintetização, indexação, armazenamento, comparação, segregação de dados, recuperação e análise, que compreendem as fases de processamento, armazenamento e recuperação.
- Saída: Envolve a transferência da informação processada às pessoas ou atividades que a usarão. Na saída temos tarefas de emissão de pré-impresos e de relatórios, além da exibição de telas componentes da fase de apresentação.
- Realimentação: Retorno da saída aos membros adequados da organização para ajudá-los a refinar ou corrigir os dados de entrada.

As tarefas realizadas no sistema de informação, tanto as manuais, realizadas nas áreas usuárias, quanto as computadorizadas, realizadas no Centro De Processamento De Dados (CPD). Essas tarefas compreendem : Registro de Dados, Classificação, Agrupamento, Verificação, Pesquisa, Seleção, Calculo, Transcrição, Sintetização, Indexação, Armazenamento,

⁶ PADOVEZE, Clovis Luís. Sistema de informações contábeis. São Paulo : Atlas, 1998. p.45

⁷ GIL, Antonio de Loureiro. Sistema de informações contábil/financeiro. São Paulo : Atlas, 1992. p.14

Comparação, Segregação de Dados, Emissão de pré-impresos, Emissão de Relatório, Recuperação, Analise.⁸

- Registro de Dados: é a colocação do dado em um meio que deverá ser guardado para posterior uso.
- Classificação: é a ordenação dos dados segundo um critério preestabelecido pela empresa.
- Agrupamento: é a reunião dos dados em grupos para maior facilidade de registro e controle.
- Verificação: é uma tarefa duplicada do registro dos dados, feita com objetivo de assegurar a correção do registro feito.
- Pesquisa: é a procura de certo dado segundo uma regra predeterminada para atender a uma necessidade.
- Seleção: é a obtenção em um arquivo de registro desejado segundo um critério definido.
- Calculo: são executados pela Unidade Central de Processamento (UCP) no transcorrer da elaboração dos dados em informação semi-elaboradas ou finais.
- Transcrição: é a transferência do dado de um documento inicial para um meio de processamento eletrônico de dados (PED).
- Sintetização: é o agrupamento das informações em tabelas.
- Indexação: é uma técnica que possibilita resolver certos tipos de problemas que aparecem (PED) com a indicação de uma base e a determinação de um índice que vai sendo adicionado a essa base.
- Armazenamento: é feito para guardar as informações em dispositivos de processamento eletrônico de dados para posterior uso.
- Comparação: é a capacidade que tem a unidade aritmética e lógica, de selecionar duas grandezas A e B, indicando se $A < B$ ou $A > B$ e $A=B$.

⁸ GIL, Antonio de Loureiro. Sistema de informações contábil/financeiro. São Paulo : Atlas, 1992. p.23

- Segregação de Dados: é a separação de dados que nos interessam segundo uma regra preestabelecida.
- Emissão de pré-impessos: é feita pelo uso da impressora, que elabora determinados relatórios que já vem tipograficamente caracterizado.
- Emissão de Relatório: é feita quando á impressora, alem de nos da a informação final, também compõe esteticamente essa informação, pela impressão do cabeçalho, do alinhamento das informações impressas.
- Recuperação: é feita de um dispositivo de memória auxiliar quando se faz necessário.
- Analise: é a avaliação feita de determinada informação segundo condicionante previamente ditada.

7.2 Elementos Básicos do Sistema de Informação

O sistema de informações apresenta sete elementos básicos:

- observação;
- codificação;
- transmissão;
- processamento;
- armazenamento;
- recuperação;
- apresentação.

Observação é o mecanismo utilizado pela a contabilidade ou administração para se coletar os dados através dos documentos originais, onde esses dados vão ser processados para gera as informações.

Observação pode ser identificada com o fato contábil ou administrativo, ou seja, com o documento original que contem os dados a serem trabalhados para gerar a informação. Esta diretamente relacionada com a tarefa de coleta de dados. O movimento inicial ou os dados coletados deverão ser transferidos do documento original para um meio de processamento eletrônico de dados e terão de ser codificados segundo as técnicas de processamento eletrônico de dados.⁹

Codificação é o procedimento que tem uma participação especial de pessoas voltadas para transcrição dos dados e símbolos adotados, para transmissão dos dados a serem processados para produzir as informações.

Conforme Gil,¹⁰ *“Codificação é a função mais critica do sistema, visto ser a fase de transição da parte manual para a parte eletrônica do sistema de informação. Podemos dizer que a codificação e a transcrição dos dados são duas tarefas que se confundem e se surperpoem”*.

Transmissão é o processo onde os dados já codificados em uma simbologia adequada são levados a um equipamento de processamento de dados para realizar a transmissão que resultará no processamento dos dados gerando as informações.

Transmissão dar-se-á, em *batch* quando levamos, fisicamente, o meio de processamento eletrônico de dados, que contem os dados até a unidade central de processamento ou por via de comunicação de dados quando conectamos equipamento de processamento eletrônico de dados realizando a transmissão do dado por meio de rede local ou a distancia.¹¹

Processamento é uma etapa onde os dados são trabalhados e transformados em informação através de equipamentos eletrônicos que executam operações aritméticas e operações lógicas dentro de uma unidade central de processamento de dados.

⁹ GIL, Antonio de Loureiro. Sistema de informações contábil/financeiro. São Paulo : Atlas, 1992. p.18

¹⁰ Ibid., p. 18.

¹¹ Ibid., p. 19.

Baseado em Gil,¹² *“Processamento dar-se-á ao nível da unidade central do processamento, quando o dado será trabalhado e transformado em informação semi – elaborada ou final. O computador eletrônico em síntese, executa operações aritméticas e operações lógicas”*.

Armazenamento é um procedimento adotado para se guarda informações, onde, futuramente poderão ser utilizadas através de dispositivos de memórias auxiliares.

A armazenagem é feita quando, após termos o dado codificado e processado por técnicas de processamento eletrônico, sentimos necessidade, para posterior uso, de guardar esse dado, seja semi – elaborado, seja como informações em forma final. Essa armazenagem é feita em dispositivo de memória auxiliar (fitas magnéticas e discos magnéticos).¹³

Recuperação é a função onde em determinado momento, pode-se buscar informações já existentes no sistema de informações, através do mecanismo de memória auxiliar do processamento de dados, para que se possa fazer alguma alteração ou apenas consultas sobre os dados que foram processados e transformado em informações.

Segundo Gil,¹⁴ *“A recuperação é a operação em que buscamos a informação semi – elaborada ou final em uma memória auxiliar de processamento eletrônico de dados”*.

Após passarmos pelas etapas da observação, codificação, transmissão, processamento, armazenagem, recuperação, chega-se na parte da:

Apresentação do que foi feito nas fases anteriores, onde os dados observados e codificados, vão ser transmitido para um equipamento eletrônico, que irá fazer o processamento para transformar dados em informações e ser apresentada através de impressoras, display, e outros equipamentos de fazer a apresentação da informação, de modo que seja adequado para o sistema de informações.

¹² Ibid., p. 19

¹³ GIL, Antonio de Loureiro. Sistema de informações contábil/financeiro. São Paulo : Atlas, 1992. p.19.

¹⁴ Ibid., p. 19.

De acordo com Gil,¹⁵ *“Apresentação da informação é feita por equipamento de processamento eletrônico de dados (impressora, display, terminais, fitas magnéticas) para atender ao sistema de informações em operação”*.

De acordo com Padoveze,¹⁶ *“É importante destacar que, em nível de ambiente computacional, o sistema de informação pode ser visto segundo três estágios: (Entrada, Processamento, Saída)”*.

Na entrada ocorrem tarefas de registros de dados, agrupados em lotes, verificação e transcrição, que corresponde às fases de observação, codificação e transmissão.

No processamento são executadas tarefas de classificação, pesquisa, seleção, cálculos, sintetização, indexação, armazenamento, comparação, segregação de dados, recuperação e análise, que compreendem as fases de processamento, armazenamento e recuperação.

Na saída temos tarefas de emissão de pré-impressos e de relatórios, além da exibição de telas componentes da fase de apresentação.

7.3 A Estrutura dos Sistemas de Informações Administrativo/ Contábil/ Financeiros

A estrutura dos Sistemas de Informações Administrativo/ Contábil/ Financeiros é identificada em três eixos (x,y,z), porém esta identificação dos sistemas será feito no contexto da organização.

Segundo Magalhães,¹⁷ *“O eixo X aborda as classificações dos sistemas consoante com as funções administrativas em relação ao planejamento, a execução e o controle”*.

¹⁵ GIL, Antonio de Loureiro. Sistema de informações contábil/financeiro. São Paulo : Atlas, 1992. p.19

¹⁶ PADOVEZE, Clovis Luís. Sistema de informações contábeis. São Paulo : Atlas, 1998. p.24

Sistema de Planejamento são aqueles fatos onde expressam através da informação o desejo de se poder tomar uma decisão á qualquer momento seja no presente ou em situações futuras.

Sistema de Execução são procedimentos utilizados de acordo com sua constatação para o registro dos fatos administrativos.

Sistema de Controle é o processamento dos dados que foram enviados ao sistema de planejamento e ao sistema de execução, se durante essa análise (*processo*), for constatado, detectado uma correlação entre eles será provocado um desvio nas informações, que ocasionará uma reciclagem nas informações voltando a ser apenas dados que vão realimentar o sistema de planejamento e o sistema de execução fazendo assim um ciclo.

Conforme Magalhães,¹⁸ *“O eixo Y os sistemas são viabilizados conforme a precisão do poder decisório da organização com características operacionais, táticos e estratégicos a nível empresarial a que se destina a informação”*.

Sistemas de Informações Operacionais é uma ferramenta de uso e consumo dos empregados, chefes em busca da informação.

Sistemas de Informações Táticos tem seu direcionamento voltado na tomada de decisão dos gerentes e supervisores da organização.

Sistema de Informação Estratégico pertencem ao âmbito de atuação dos executivos que tem a responsabilidade da definição e institucionalização das diretrizes organizacionais.

De acordo com Magalhães,¹⁹ *“O eixo Z se destina para qual área da empresa o sistema vai ser destinado, por trazer consigo características intrínsecas da sua atividade tecnológica*

¹⁷ MAGALHÃES, Antonio de Deus F. Sistemas contábeis. São Paulo : Atlas, 2000. p.41

¹⁸ Ibid., p. 43

¹⁹ MAGALHÃES, Antonio de Deus F. Sistemas contábeis. São Paulo : Atlas, 2000. p.47

(Sistema da área industrial, Sistema da área comercial, Sistema da área administrativa e Sistema da área contábil / financeira)”.

A classificação dos sistemas quanto ao nível empresarial que consoante a informação pode ser realizada com a ajuda dos vetores:

- ciclo de Processamento é o tempo decorrido entre a coleta de dados e a apresentação da informação;
- característica do Processamento é o grau de dificuldade das tarefas a serem realizadas para a transformação do dado em informação;
- influência do Ambiente é o condicionamento recebido pelo sistema, em termos de necessidades de informações a serem atendidas, em fase do seu consumo para a mecânica empresarial ou tomada de decisão intrínseca ou extrínseca à organização;
- aderência às Funções Administrativas é o grau de empatia do sistema de informações com as funções administrativas de planejamento, de execução e de controle.

8 CONTROLE INTERNO

Costuma-se dizer que todas as pessoas têm seus controles internos próprios.

Segundo o artigo publicado pela UnB:

Toda vez que você deixa seu carro num estacionamento ou na rua, você verifica se ele está com todas as portas trancadas? Se você faz isso, parabéns, você tem controle interno. Nesse momento a chave do carro é o seu controle interno e a sua intenção é proteger seu bem, um dos propósitos do controle interno. Você confere o seu canhoto do talão de cheques com os extratos fornecidos pelo banco? Se você faz isso, então você está assegurando que existe precisão e confiabilidade nos lançamentos efetuados pelo banco. Uma vez mais você está executando seu próprio controle interno. Quando sai de casa, você verifica se todas as possíveis entradas estão devidamente trancadas? Mais uma vez, você está executando uma função de controle interno e protegendo seus bens.¹

¹ Disponível em :< http://www.unb.br/aud/o_que_e_controle.htm > Acessado em <26/11/2004>

Estes são alguns exemplos de controles internos que são executados no nosso dia-a-dia, sem que se note a sua importância. Assim acontece nas empresas, pois todas têm controles internos e seus objetivos são: proteger seus recursos; assegurar que seus registros contábeis e financeiros são precisos e confiáveis; promover a eficiência de seus funcionários; encorajar o cumprimento de suas determinações.

Controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam atingidos. A Alta Administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização.²

O controle Interno de acordo com Martins,³ *“significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar medidas para sua correção”*.

Já Attie,⁴ *“trata que controle interno inclui uma serie de procedimentos bem definidos que, conjugados de forma adequada, asseguram a fluidez e a organização necessárias para a obtenção de algo palpável”*.

A atividade de controle compreende a ação de dirigir algo, fiscalizando e orientando do modo mais conveniente. É um trabalho de verificação, inspeção, exame. Conseqüentemente, para desempenhar a atividade de controle o agente controlador deve ter acesso irrestrito às informações e competência técnica para analisá-las e compará-las, concluindo pela sua adequação ou inadequação aos parâmetros traçados, e apontando as correções que sejam necessárias.

² AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna. 2 ed. São Paulo : Audibra, 1992. p. 48.

³ MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 4 ed. São Paulo : Atlas, 1995. p. 259.

⁴ ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo : Atlas, 1998, p.111.

8.1 Conceito e Definição de Controle Interno

São muitos os conceitos atribuídos para o termo Controle Interno, dentre os quais os mais adequados são os seguintes:

O AICPA, American Institute of Certified Public Accountants⁵, “O Controle Interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”.

Attie,⁶ ainda afirma que “*O Controle Interno compreende todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos*”.

Segundo Moscove,⁷ “Controle Interno é um processo realizado pelo conselho diretor, a administração e outros funcionários de uma entidade que visa dar garantias razoáveis quanto á realização de objetivos nas seguintes categorias – eficácia e eficiência de operações confiabilidade dos relatórios financeiros e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis”.

Pode-se conceituar controle interno como sendo o conjunto de políticas estratégicas e operacionais, procedimentos e definições de estrutura organizacional, operado por pessoas capacitadas, com o intuito de organizar a empresa de tal forma que seus colaboradores compreendam, respeitem e façam cumprir as políticas traçadas pela administração que visam salvaguardar os ativos da empresa, assegurar a fidedignidade das informações contábeis e gerenciais e estimular a eficiência operacional.

O que é preciso entender também a respeito de controle interno é que ele não é necessariamente um complexo sistema de rotinas e procedimentos burocráticos e que nem é preciso, para funcionar a contento, que seja implementado exatamente como se encontra nos livros.

⁵ ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo : Atlas, 1998, p.110.

⁶ Id., 2000, p. 111.

⁷ MOCOVE, Stephen A. et al. Sistema de informações contábeis. São Paulo: Atlas, 2002. p.197

De acordo com artigo publicado pela UNB:

Pela sua amplitude, o conceito de Controle Interno (O Controle Interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração), para ser compreendido corretamente, deve ser examinado quanto ao seu real significado. Vamos efetuar a análise, observando os vários fatores que compõem o conceito.⁸

- a) Políticas - compreendem o conjunto de declarações de caráter administrativo a respeito das intenções da organização em relação a um determinado tema. Podem ser conceituadas como "*guias de raciocínio*" planejadas para a tomada de decisões em níveis inferiores, decisões estas aplicáveis a situações repetitivas, tendo em vista canalizar as decisões para os objetivos estabelecidos. É possível a identificação de dois níveis distintos de preocupação em termos do estabelecimento de políticas: políticas globais, que afetam todo o comportamento da organização (políticas estratégicas); políticas operacionais, que tem uma menor faixa de influência e que muitas vezes, aparecem como verdadeiras "*regras de trabalho*".
- b) Objetivos - devem ser entendidos como seus planos e declarações estratégicas no amplo sentido. O estabelecimento de objetivos precede sempre a escolha das metas e seleção, desenho, implementação e manutenção dos sistemas que têm como finalidade à segurança na consecução dos objetivos.
- c) Metas - são alvos específicos, quantificados, dentro de sistemas específicos e podem também ser denominados como metas operacionais, padrões operacionais, nível de desempenho ou resultados esperados. Devem ser identificadas em cada sistema, claramente definidas, mensuráveis, com adequado grau de realismo e consistentes com os objetivos estratégicos. Os riscos de sua não realização devem ser também explicitamente reconhecidos.

⁸ Disponível em :< http://www.unb.br/aud/conceito_e_interpretacao.htm> Acessado em <26/11/2004>

d) Plano de organização - é o modo pelo qual se organiza um sistema. A estrutura organizacional necessita corresponder a uma divisão de trabalho, adequada e balanceada, de trabalho, de forma que sejam estabelecidas as relações de autoridade e responsabilidade entre os vários níveis, pelas parcelas de trabalho exigidas para a consecução dos objetivos da empresa, e de maneira que sejam definidas, claramente, as responsabilidades e autoridades dos diversos níveis. Representa, em outras palavras, a definição de quem faz o que, e quem tem autoridade sobre quem na empresa.

e) Métodos e medidas - estabelecem os caminhos e os meios de comparação e julgamento para se chegar a determinado fim, mesmo que não tenham sido preestabelecidos formalmente (normas, sistemas, manuais de serviço, rotinas, entre outros). A empresa, como um todo, pode ser caracterizada como a conjunção de vários subsistemas. Cada um dos subsistemas, por sua vez, compõe-se de uma cadeia de procedimentos destinados a gerar e registrar informações finais. O planejamento de um sistema, além de resultar num sistema eficiente, prático, econômico e útil, deve levar em conta a definição de procedimentos especificamente destinados a promover o controle sobre as operações e as atividades preferencialmente formalizadas através de manuais.

f) Proteção do patrimônio - compreende a forma pela qual são salvaguardados e defendidos os bens e direitos da empresa (custódia, controle e contabilização de bens, alçadas, normas, entre outros).

g) Exatidão e fidedignidade dos dados contábeis - correspondem à adequada precisão e observância aos elementos dispostos na contabilidade. A classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, seguida da existência de um plano de contas que facilite o seu registro, preparação e contabilização de um manual descritivo do uso das contas conjugado à definição de procedimentos que possibilitem a análise, a conciliação e a solução tempestiva de quaisquer divergências são elementos significativos para a expressão da fiel escrituração

contábil (Plano Geral de Contas, regras de contabilização, manuais de serviços, conciliação contábil dos diversos sistemas com a contabilidade, levantamentos das contas não escrituradas eletronicamente, entre outros).

h) Eficiência operacional - compreende a ação ou força a ser posta em prática nas transações realizadas pela empresa. A definição de adequado plano de organização aliada aos métodos e procedimentos bem definidos, assim como a observação de normas salutaras no cumprimento dos deveres e funções com a existência de pessoal qualificado, treinado para desenvolver suas atividades e adequadamente supervisionado por seus responsáveis, tendem a implementar a desejada eficiência nas operações. Finalmente, vamos colocar na análise dois componentes, que embora não apareçam claramente no conceito de Controle Interno, estão presentes em todos os fatores acima descritos.

i) Interdependência - pela descrição dos fatores de controle anteriormente dispostos, fácil é compreender que todos os itens se interinfluenciam de forma acentuada. Esses elementos, pela importância intrínseca de cada um, são de tal forma essencial para um controle interno adequado, que uma grave deficiência de qualquer deles comprometeria o funcionamento eficiente de todo o sistema. As políticas operacionais são fundamentais ao planejamento e operação dos sistemas, e estes por sua vez, fluem segundo o "arranjo organizacional" definido. Assim sendo, se os procedimentos componentes de um sistema foram estabelecidos de conformidade com uma determinada política, a execução desses procedimentos corresponde, por si só, ao cumprimento da política estabelecida. Por outro lado, fica evidente a extrema dificuldade de se ter sistemas eficientes onde inexistem políticas adequadas, ou em situações organizacionais confusas e vice-versa.

j) Pessoal - é necessário lembrar que estes planos de políticas, sistemas e organização são "ferramentas" utilizadas por pessoas.

Dentro de uma visão sistêmica da empresa, fácil é compreender que, mesmo com sistemas, políticas adequadamente planejadas, a eficiência administrativa será comprometida, se a empresa não dispuser de um quadro de pessoal adequadamente dimensionado, capaz, eficiente e motivado. Com base nos fatores acima expostos, pode-se definir controle interno como sendo o conjunto de políticas estratégicas e operacionais, procedimentos e definições de estrutura organizacional, operado por pessoas capacitadas, e que visam salvaguardar os ativos da empresa, assegurar a fidedignidade das informações contábeis e gerenciais e estimular a eficiência operacional.

8.2 Objetivos do Controle Interno

O controle interno na empresa é fundamental para manter a continuidade das operações e transações. As informações produzidas pelo controle interno são a base para que os administradores tomem decisões, portanto estas devem ser confiáveis e isentas de riscos. Ele definirá a grau de segurança na manipulação dos ativos controlados pelo mesmo.

Neste sentido o controle Interno para atingir a consecução de seu objetivo deve ter um sistema de conferência, aprovação e autorização, distribuição das responsabilidades com a segregação das funções e controles de qualidades.

De acordo com Attie,⁹ *“que descreve que o controle Interno tem quatro objetivos básicos: a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes”*.

O exercício de um adequado controle sobre cada área da empresa assume fundamental importância para que se atinjam os resultados mais favoráveis com menores

⁹ ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo : Atlas, 1998, p.117.

desperdícios. É impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de suas operações e informações adquiridas.

Segundo o artigo publicado pela UnB:

Toda empresa possui controles internos. A diferença básica é que estes controles internos podem ser adequados ou não. A função de contabilidade como instrumento de controle administrativo é hoje unanimemente reconhecida. Um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em um Controle Interno eficiente e, até certo ponto, inútil, uma vez que não é possível confiar nas informações contidas em seus relatórios. Informações contábeis distorcidas podem levar a conclusões erradas e danosas para a empresa.¹⁰

Um controle interno adequado é aquele estruturado pela administração e que possa propiciar uma razoável margem de garantia que os objetivos e metas serão atingidos de maneira eficaz, eficiente e com a necessária economicidade.

Razoável margem de garantia pode ser entendido, como medidas de efetividade e a custos razoáveis, estabelecidas para evitar desvios ou restringi-los a um nível tolerável. Isso significa que erros e procedimentos ilegais ou fraudulentos serão evitados e, na sua ocorrência, serão detectados e corrigidos dentro de curto prazo, pelos funcionários, como parte de suas funções habituais.

Controles eficientes permitem cumprir os objetivos de maneira correta e tempestiva com a mínima utilização de recursos.

8.3 Importância do Controle Interno

Segundo Attie,¹¹ *“O conceito, a interpretação e a importância do controle interno envolvem imensa gama de procedimentos e práticas que, em conjunto, possibilitam a consecução de determinado fim, ou seja, controlar”*.

¹⁰ Disponível em :< http://www.unb.br/aud/o_que_e_controle.htm > Acessado em <26/11/2004>

¹¹ ATTIE, William. *Auditoria: Conceitos e Aplicações*. São Paulo, ed. Atlas, 2000, p.117.

A importância do Controle Interno torna-se evidente no momento em que se percebe que não é possível conceber uma empresa que não disponha de controles que contribuam para garantir a fluente continuidade das operações e o alcance do retorno esperado.

Não existe empresa sem controles internos. A diferença básica é que estes podem ser adequados ou não. A implementação de Controles Internos, sejam eles altamente aprimorados ou simplórios, está diretamente relacionado com a relação custo/benefício avaliada. O benefício deve ser avaliado no grau máximo que deve ser atribuído à importância e a qualidade da informação a ser gerada. Em relação ao custo, vale mencionar que sempre que possível deve-se utilizar o conceito de “custo de oportunidade” que é muito mais amplo.

8.3.1 Quanto a Função

8.3.1.1 Preventivos

Os controles Internos preventivos são projetados e implantados na instituição, cuja essência fundamental é evitar a ocorrência de erros, falhas, desvios ou irregularidades.

O acompanhamento tempestivo da execução dos serviços de um contrato, a conferência previa de notas fiscais encaminhadas ao setor financeiro para pagamento, a solicitação da organização, é medida que exemplificam aplicação dos controles internos preventivos.

O acompanhamento e a análise deste controles internos devem estar inseridos no decorrer das atividades de rotina da instituição, por ser ferramenta que propicia se bem estruturado, maior garantia da não ocorrência de distorções, desperdícios e situações indesejáveis durante as operações e atividades da empresa.

De acordo com o artigo publicado pela UNB,¹² “*Controles preventivos são os projetados com a finalidade de evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades.*”

Entretanto Kwasnicka,¹³ “*discorre que qualquer técnica que possibilite identificar o problema antes de ele ocorrer é considerado controle preventivo ou pré-controle*”.

8.3.1.2 Detectivos

Controles internos cuja meta é detecção dos erros ou falhas no exato momento em que estes acontecem, possibilitando, assim, a adoção de medidas tempestivas para o saneamento imediato dos fatos indesejados que foram detectados.

A imediata conferência de dados que foram inseridos em sistemas informatizados, a checagem das informações processadas logo após a inclusão dos dados, as inspeções físicas nas dependências da organização, possibilitam que eventuais desvios ou impropriedades constatados, sejam corrigidos no momento que ocorrem, de forma imediata e tempestiva. Tais medidas referem-se aos controles internos detectivos.

8.3.1.3 Corretivos

Refere-se aos controles internos projetados para a detecção de erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenha ocorrido os mesmos, permitindo a proposição de ações corretivas, mesmo que intepetivamente.

¹² Disponível em :< http://www.unb.br/aud/o_que_e_controle.htm > Acessado em <26/11/2004>

¹³ KWASNICKA, Eunice Laçava. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 1995, p.214.

A verificação de pagamento indevido de uma fatura dois dias após o fato, a constatação de que foram concedidos créditos sem estudo sobre a capacidade financeira do beneficiário, as apurações de atos lesivos ou impróprios à organização exemplificam controles corretivos.

O ideal é que a primeira função dos controles internos, relativos à prevenção seja mais eficaz e eficiente, pois assim, não seria necessário ou diminuiria bastante, aplicação das outras duas funções, que são a detectiva e a corretiva.

Não existe controle internos totalmente seguros e eficazes, contudo, um adequado sistema de controles internos deve abranger as três funcionalidades citadas anteriormente, pois as fragilidades que por ventura vierem a existir em cada uma delas , fator este que possibilita a ocorrência de desvios, desperdícios ou irregularidades, podem ser suprimida nos estágios posteriores, ou seja, se determinado erro ou desvio não for apontado pelos controles internos preventivos, enorme é a garantia de que, nos controles internos detectivos ou, em ultimo caso, nos corretivos, sejam detectados tais problemas.

Artigo publicado pela UNB,¹⁴ *“Controles corretivos são os projetados para detectar erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenham acontecidos, permitindo a adoção posterior de ações corretivas”*.

O tipo de ação corretiva a ser tomado para restabelecer o desempenho do controle interno dependerá do fator medido e da decisão feita sobre as causas e a definição dos métodos de correção. Um dos métodos é a correção dos desvios, desperdícios, irregularidades ou erros e fraudes que ocorreram no sistema de controle interno imediatamente.¹⁵

¹⁴ Disponível em :< http://www.unb.br/aud/o_que_e_controle.htm > Acessado em <26/11/2004>

¹⁵ KWASNICKA, Eunice Laçava. *Introdução à administração*. São Paulo: Atlas, 1995, p.214.

8.3.2 Quanto a Natureza

8.3.2.1 Administrativo

Os métodos do controle administrativo avaliam o desempenho geral da organização. Padrões de medidas tais como lucratividade, crescimento das vendas, retorno sobre os investimentos representam aspectos de desempenho organizacional. Formas de corrigir falhas para atingir esses padrões podem ser redefinição de objetivos, replanejamento.¹⁶

Controles administrativos compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito á eficácia operacional e à decisão política traçada pela administração. Normalmente, se relacionam de forma indireta aos registros financeiros. Com freqüência abrangem análises estatísticas, estudos de tempos e movimentos, relatórios de desempenho, programas de treinamento e controle de qualidade.¹⁷

São procedimentos relacionados com a eficiência operacional e atendimentos às políticas e diretrizes traçadas pela direção. Este controle Interno interage, em geral, com registros financeiros, estatísticos, estudos de tempos e movimentos, avaliação de desempenho, controle físico, de qualidade, análise externa, planos de treinamento e de desenvolvimento do corpo funcional, bem como a segurança institucional.

8.3.2.2 Contábeis

Controles contábeis compreendem o plano da organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, primeiramente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis. Geralmente incluem os seguintes controles: sistema de autorização e aprovação, separação das funções de escrituração e elaboração dos relatórios contábeis daquelas ligadas às operações ou custódia dos valores e controle físico sobre esses valores.¹⁸

¹⁶ Ibid., p.214.

¹⁷ ATTIE, William. *Auditoria: Conceitos e Aplicações*. São Paulo : Atlas, 1998, p.114.

¹⁸ ATTIE, William. *Auditoria: Conceitos e Aplicações*. São Paulo : Atlas, 1998, p. 114

Os controles contábeis são estabelecidos como parte do plano geral da organização no que se refere à estrutura contábil. Compreendem incidentais ou involuntários mas também erro premeditado ou doloso, com ou sem apropriação indevida de ativos. Também está fortemente ligado ao cumprimento dos princípios fundamentais de contabilidade por parte da instituição, observando, entre outros a fidedignidade dos registros contábeis em relação aos documentos comprobatórios de origem, atendimento ao princípio da segregação de funções, bem como a tempestividade aos registros das operações.

8.3.3 Quanto aos Princípios

8.3.3.1 Exatidão

Princípio que preza em garantir que todos os registros, acontecimentos e fatos sociais envolvendo a instituição são tratados com certeza e exatidão. Significa dizer que os acontecimentos devem ser exatos em relação aos padrões, normas e legislação aplicáveis na situação; as formas e sistemas de registros, codificação acumulação e publicação suficientes; as delegações, assinaturas, poderes e autoridades estão formalmente definidos.

Segundo Paula,¹⁹ *“Ao se utilizar de análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos, o auditor interno deve certificar-se de sua exatidão, sempre que integrá-los aos seus papéis de trabalho. O dados obtidos devem ser verdadeiros”*.

De acordo com Attie,²⁰ *“A informação só tem validade a partir do momento em que é exata, confiável e oportuna; dessa forma, precisa basear-se em dados verídicos”*.

Conforme a IBRACON,²¹ *“Devem ser utilizadas provas independentes para comprovar que as operações e os registros contábeis estão contabilizados de forma exata”*.

¹⁹ PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. *Auditoria interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico* São Paulo: Atlas, 1999. p.25.

²⁰ ATTIE, William. *Auditoria interna*. São Paulo: Atlas, 1992. p.206.

8.3.3.2 Tempestividade

O princípio da tempestividade procura garantir que os fatos, decisões, registros, e demais atividades envolvendo a instituição ocorram no momento exato.

Este princípio está voltado ao estabelecimento e cumprimento de cronogramas; fixação de prazos para execução, registro e análise de ações e tarefas, e para que as decisões sejam tomadas de forma a não impedir o andamento dos negócios, bem como não provocar riscos para a instituição, assegurando, assim, o atingimento dos objetivos.

Dessa forma, o princípio da tempestividade envolve o momento da decisão, a tempestividade dos registros e informações, e providências a serem tomadas e o momento da autorização e de execução das atividades.

Segundo Paula,²² *“O benefício de informação está ligado ao tempo em se presta tal informação; a informação pode perder a sua utilidade se não for transmitida em data oportuna”*.

Conforme Attie,²³ *“Os registros, transações devem ser feito dentro do periodo de competência e no menor espaço de tempo possível.”*

De acordo com Imoniana,²⁴ *“A gerência deve delinear procedimentos, monitorar os registros corretos das transações econômicas, financeiras e contábeis das empresas, processado-as e comunicando os resultados às pessoas necessárias em tempo hábil”*.

²¹ IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Controles Internos Contábeis e Alguns Aspectos de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2000. p.63.

²² PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. Auditoria interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico São Paulo: Atlas, 1999. p.25.

²³ ATTIE, William. Auditoria interna. São Paulo: Atlas, 1992. p.207.

²⁴ IMONIANA, Joshua Onome. Auditoria de sistemas de informações. São Paulo : Atlas, 2005, p.43.

8.3.3.3 Eficácia

O princípio da eficiência está diretamente voltado à comprovação de quem foram adotadas medidas para que os procedimentos previstos possibilitem o atingimento dos objetivos da instituição, preocupando-se com a estrutura, as normas, as políticas e decisões, organizadas para a execução das ações e para o registro e análise das atividades.

Segundo Bio,²⁵ *“Eficácia diz respeito a resultados, a produtos decorrentes de uma atividade qualquer; Trata-se da escolha da solução certa para determinado problema ou necessidade; A eficácia é definida pela relação entre resultados pretendidos/resultados obtidos”*.

Conforme Paula,²⁶ *“Se atinge o objetivo preestabelecido”*.

Quando esses fatores não são tratados de maneira certa, podem gerar despesas, custos, e má utilização do tempo, e no final, não contribuindo para o atingimento dos objetivos, fica explícita a situação de risco para o patrimônio da empresa, e dependendo da gravidade de ineficácia dos setores, os riscos de comprometimento da própria continuidade da instituição.

8.3.3.4 Eficiência

Princípios dos controles internos, destinado a verificar e comprovar que os procedimentos adotados pela instituição, mesmo no que tange ao cumprimento dos objetivos, são também eficientes, ou seja executados nos tempos mais curtos possíveis, com otimização de recursos e com a melhor qualidade possível.

²⁵ BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistema de informações: Um enfoque gerencial*. São Paulo : Atlas, 1987, p.21

²⁶ PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. *Auditoria interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico* São Paulo: Atlas, 1999. p.26.

Além de voltado ao processo operacional ou de registro de informações, busca verificar também os pontos de estrangulamento do processo examinado, se as atividades estão organizadas de maneira pouco racional ou com falta de entrosamento entre si, o que resultaria em desperdício de tempo, recursos humanos, materiais e financeiros.

De acordo com Paula,²⁷ *“Se os recursos consumidos nas atividades foram empregados de forma ideal, visando à otimização dos resultados”*.

Segundo Bio,²⁸ *“Eficiência diz respeito a métodos, a modo certo de fazer as coisas”*.

8.3.3.5 Segregação de Funções

Consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro dos sistemas de controles internos.

O responsável pela guarda de valores não pode ser a mesma pessoa que atesta ou registra as ocorrências, bem como a pessoas que emite uma ordem Bancária, onde o favorecido é ela mesma, são exemplos claros de desatendimento ao princípio da segregação de funções.

De acordo Imoniana,²⁹ *“As responsabilidades e ocupações incompatíveis devem esta segregadas de maneira a minimizar as possibilidades de perpetuações de fraudes a ate de suprir erro e irregularidades na operação normal”*.

A segregação de funções estabelece a independência para as funções de execução operacional, custódia física e contabilização; Ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação;

²⁷ PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. *Auditoria interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico* São Paulo: Atlas, 1999. p.26.

²⁸ BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistema de informações: Um enfoque gerencial*. São Paulo : Atlas, 1987, p.21

²⁹ IMONIANA, Joshua Onome. *Auditoria de sistemas de informações*. São Paulo : Atlas, 2005, p.41.

Cada uma dessas fases deve, preferencialmente, ser executada por pessoas e setores independente entre si.³⁰

Segundo Paula,³¹ *“Se foi distribuído de forma a estabelecer a independência para as funções de execução operacional, custódia física e contabilização; Cada fase inerente a uma operação deve, preferencialmente, ser executada por pessoas e setores independentes entre si”*.

8.4 Importância do Controle Interno em Função das Informações Enviadas ao Sistema de Informações

O controle interno é muito importante, pois, ele envolve vários procedimentos e praticas, a fim de proteger seus recursos e assegurar que seus registros contábeis e financeiros são precisos e confiáveis para o cumprimento de seus objetivos principais.

Esses procedimentos e práticas de controle interno deverão envolver todos os setores da organização, mas como o assunto dessa pesquisa trata-se do controle do sistema de informações, será discutido e ilustrado o controle do sistema de informações, com base nos três setores de atividade do sistema (entrada, processamento e saída).

Controles de entradas:

Segundo Moscove, Simkim e Bagranoff,³² *“Controle de entrada tenta garantir a validade, exatidão e integridade dos dados lançados num sistema de informações”*.

³⁰ ATTIE, William. *Auditoria interna*. São Paulo: Atlas, 1992. p.205.

³¹ PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. *Auditoria interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico* São Paulo: Atlas, 1999. p.26.

³² MOCOVE, Stephen A. et al. *Sistema de informações contábeis*. São Paulo: Atlas, 2002. p.232

É evidente a importância de que os dados de entradas sejam precisos e recebidos para o processamento, de forma ordenada, acurada e completa. São necessários, portanto, procedimentos adequados e formais, um mínimo de transações que requeiram tratamento especial, para que se obtenha exatidão nos dados de entrada e se fortaleça o controle interno.³³

Controles de Processamentos:

Controle de processamento focalizam as manipulações de dados contábeis depois que são registrados no sistema de computador. Esse controle de processamento de dados freqüentemente é usado na contagem de registros. Com esses procedimentos de controle o número de itens de transações é contado duas vezes: uma vez quando as transações são preparadas num lote e de novo quando o processamento é realmente realizado.³⁴

Durante o processamento, vários procedimentos são necessários para efeito de controle interno. O processamento é amplamente baseado em arquivos e dados (fitas magnéticas, discos). É, portanto, evidente a necessidade de adequado controle interno sobre a manutenção desses arquivos e dados.³⁵

Controles de Saídas:

Uma vez que os dados sejam processados internamente por um sistema de computador, eles são geralmente transferidos para algum tipo de meio para armazenamento ou, no caso de ser impressos são preparados como relatórios. O objetivo do controle interno é garantir a validade, exatidão e integridade do resultado de um processamento.³⁶

A importância desses controles é que os procedimentos adotados terão carga dupla de conferência isso quer dizer mais de uma pessoa vai conferir as etapas do sistema de informação: entrada, processamento e saída para que não possa ter erros fraudes que interfiram na integridade das informações.

9 AUDITORIA INTERNA

9.1 Conceito e Definições

Atualmente devido ao crescimento das empresas tanto na estrutura, quanto na sua atividade econômica e financeira, as empresas precisam de uma atividade de apoio ou

³³ ATTIE, William. *Auditoria: Conceitos e Aplicações*. São Paulo: Atlas, 2000, p.122

³⁴ MOCOVE, Stephen A. et al. *Sistema de informações contábeis*. São Paulo: Atlas, 2002. p.236

³⁵ ATTIE, William. *Auditoria: Conceitos e Aplicações*. São Paulo: Atlas, 2000, p.122

³⁶ MOCOVE, Stephen A. et al. *Sistema de informações contábeis*. São Paulo: Atlas, 2002. p.237

suporte que assegurem, aos empresários e administradores a continuidade da organização, a construção de um patrimônio e o retorno necessário para suas expectativas, e completando, a veracidade das informações sobre seu patrimônio em que lhe permitira a tomada de decisões .

Essas atividades de apoio aos empresários e administradores da organização é definida por Auditoria Interna. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, sugestões e informações, relativas às atividades examinadas, incluindo a promoção do controle eficaz a custo razoável. Em suma, sem pretender compilar um manual acerca de Auditoria Interna, este trabalho visa demonstrar que o auditor interno não é um "policia", mas um profissional que pretende responder às expectativas da Administração sobre os maiores riscos da empresa; observando, aconselhando e esclarecendo aos responsáveis envolvidos, persuadindo-os a implantar as ações correctivas necessárias. Além disso, a Auditoria Interna é uma função de apoio à gestão, baseada num processo sistemático, utilizando as técnicas de Auditoria apropriadas.

O Conselho Federal de Contabilidade¹, *conceitua "a auditoria interna como o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações sobre aspectos físicos, financeiro, e operacionais da entidade"*.

A auditoria interna é a atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e para avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle e da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para ela.²

A auditoria interna é a tarefa designada a avaliar de forma independente, dentro de uma organização, as operações contábeis, financeiras e de outros tipos, no sentido de prestar um serviço à administração. É um controle administrativo, cuja função é medir e avaliar a eficácia de outros controles.³

¹ Conselho Federal de Contabilidade. Normas profissionais do auditor. Portaria nº781, de 24 de março.1995.

² PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. Auditoria interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico São Paulo: Atlas, 1999. p.31.

³ UHL, Franz. Auditoria interna. São Paulo: Atlas, 1981. p.17.

Auditoria interna é a atividade independente, de fornecimento de segurança objetiva e consultoria que visa acrescentar valor a uma organização e melhorar suas operações. Trazendo para a organização uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhora da eficácia de seus processos de gerenciamento de risco controle e governança ajudam-a atingir seus objetivos.⁴

Em conformidade com o que os autores relataram, Auditoria Interna é o conjunto de procedimentos, exames, avaliações dentro da organização, que tem a finalidade de medir, avaliar a eficácia dos controles internos e também de acessorá os administradores, especialistas sobre a melhor tomada de decisão visando ao cumprimento dos objetivos da entidade.

A auditoria interna é uma função integrada na dinâmica administrativa, deve agir como sistema próprio de execução. Portanto, é uma parte especializada da auditoria que se dedica a exame de maior profundidade e constância, executada por um serviço ligado à estrutura administrativa interna da empresa, visando a proteger o patrimônio da empresa e sugerir mudanças no controle interno, acompanhando os fatos patrimoniais.

Funciona como instrumento administrativo e como elemento essencial da Contabilidade Gerencial, abrangendo profundamente a documentação financeira, o sistema interno de controle e antecipando-se, muitas vezes, à conclusão de fatos.

Entretanto para que a Auditoria Interna possa atingir seus reais objetivos, é indispensável que ocupe posições definidas no complexo administrativo da entidade e que desfrute de autonomia técnica capaz de ver acatada as suas proposições e recomendações, voltadas ao aperfeiçoamento do controle interno e resultantes das verificações e observações que realiza no desempenho das suas funções.

⁴ BOYNTON, William C. et al. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002. p.932

9.2 Objetivos da Auditoria Interna

O objetivo geral da auditoria interna consiste em prestar assistência a todos os membros da administração no cumprimento eficiente de suas responsabilidades, proporcionando-lhes análises objetivas, avaliações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas.

A Auditoria Interna é uma função de avaliação independente criada dentro da organização para examinar e avaliar suas atividades. Auditoria Interna serve para assessorar os membros da organização, desincumbindo eficazmente de suas responsabilidades. Para tanto, a Auditoria Interna lhes fornece análises, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas às atividades examinadas.

Dentre os membros da organização assessorados pela Auditoria Interna estão aqueles que compõem a Administração e a Diretoria. Os auditores internos são responsáveis perante ambas, cabendo-lhes fornecer dados sobre a adequação e efetividade do sistema de controle interno e a qualidade do desempenho da organização. As informações prestadas a cada um podem diferenciar quanto à forma e os detalhes, dependendo das exigências e solicitações da Administração e da Diretoria. A missão da Auditoria Interna é fornecer aos Gestores, de todos os níveis, informações que os auxiliem a controlar processos, objetivando a busca de suas metas e o resguardo dos interesses da organização.

Conforme Attie,⁵ “A auditoria interna é função independente de avaliação criada dentro da empresa para examinar e avaliar suas atividades, com um serviço a essa mesma organização. A proposta da auditoria interna é auxiliar os membros da administração a desincubirem-se eficazmente de suas responsabilidades”.

⁵ ATTIE, William. *Auditoria interna*. São Paulo: Atlas, 1992. p.29

9.3 Cuidados Que A Auditoria Interna Deve Ter Em Relação Ao Sistema De Informação

Os investimentos em Tecnologia de Informações crescem rapidamente em todo o mundo. Sistemas mais ágeis e sofisticados surgem a cada momento, trazendo maior eficiência e flexibilidade, mas também novos riscos e ameaças para as informações.

Os riscos de negócios relacionados com Tecnologia de Informações afetam todas as empresas em que a tecnologia é utilizada, seja no processo decisório ou nas operações diárias. Empresas não podem gerenciar adequadamente riscos sem considerar o contexto de negócios e as tecnologias empregadas.

Segundo o IBRACON,⁶ *“Gerenciar riscos de negócios associados ao uso da Tecnologia de Informações requer a busca de recursos técnicos, a utilização de metodologia avançada e a capacidade de compreender exatamente as vulnerabilidades existentes e os riscos a um nível considerado aceitável”*.

A avaliação dos controles internos computadorizados deve levar em consideração toda parte de segurança dos equipamentos físicos, de todos os sistemas a eles integrados, dos arquivos de informações mantidos, das operações e vias de acessos de entrada, processamento, recuperação e saídas de dados.

No aspecto da segurança, além, de adequados elementos de controle quanto a parte física dos equipamentos, devem ser verificada a garantia de continuidade de todas as rotinas que permitem o funcionamento do sistema, assegurando a integridade de todas as informações e a proteção ao ambiente de processamento contra riscos intencionais e acessos não autorizados aos sistemas.

Os auditores devem se preocupar, não só quanto ao desenvolvimento do sistema, mas também quanto a segurança proveniente de alterações e

⁶ IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Controles Internos Contábeis e Alguns Aspectos de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2000. p.214.

manutenções desse mesmo sistema. Alterações podem degradar a eficiência dos sistemas e diminuir sua segurança e após implantada uma nova rotina é extremamente difícil retorna-se a posição anterior, correndo-se risco de perda de arquivos e informações vitais ao negócio. Mesmo que doloroso é recomendável que não só o sistemas, mas também toda e qualquer alteração ou manutenção, além de documentados, devem ser aprovados por pessoas que conheçam os impostos e tenham autoridade para analisar riscos e proteger os dados da empresa.⁷

Esses cuidados envolvem os testes de observância e testes substantivos. Os testes de Observância fornecem a segurança adequada de que os controles operacionais dos sistemas de informações estão sendo estritamente aderidos. Supondo que um sistema típico seja colocado em teste de observância, o auditor, então, faz julgamento a parti da evidência que está a sua disposição, a fim, de verificar se há necessidade de executar um teste analítico substantivo.

O auditor, quando do início da avaliação dos sistemas, leva em consideração suas conclusões sobre os riscos de controles, a fim de que venha a ter visão preliminar com respeito a efetividade dos controles e de que são confiáveis e possuem um grau razoável de segurança. No entanto, permite isolar áreas de confiabilidade menor, que apresentam níveis de efetividade intoleráveis.⁸

Quanto mais forte os reflexos de controle interno dentro de uma organização, menor será a intensidade dos trabalhos de avaliação dos controles internos e também a relação com a integridade de dados e vice-versa.

O auditor deve obter conhecimento em relação a deficiência de controles do ambiente de Tecnologia de Informações, as quais devem ser reportadas à gerência da entidade. O auditor deve reportar outros aspectos que não afetam diretamente o estudo e a avaliação dos controles internos, mas se relacionam com a segurança de dados e continuidade de processamento.⁹

Apesar de à identificação de riscos em um sistema computadorizado ser provavelmente, a tarefa mais difícil no processo de auditoria de sistemas, pode ser muito desastrosa, pois, se qualquer ameaça não for detectada em tempo e se tais falhas forem aproveitadas podem acarretar um prejuízo financeiro para a organização.

⁷ ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo : Atlas, 1998, p.221.

⁸ IMONIANA, Joshua Onome. Auditoria de sistemas de informações. São Paulo : Atlas, 2005, p.51.

⁹ IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Controles Internos Contábeis e Alguns Aspectos de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2000. p.215.

Os riscos de negócios relacionados com Tecnologias de Informações podem ser agrupados em cinco categorias: (relevância, integridade, acesso, disponibilidade e infra-estrutura), Relevância, riscos de que a informação correta não esteja disponível para pessoa correta (ou processo ou sistema), no momento oportuno para permitir que uma ação seja tomada. Integridade, abrange os riscos associados com autorização, totalidade e exatidão das transações. Acesso, riscos de concessão inadequadas de acesso à informação. Disponibilidade, risco de que as informações ou os sistemas não estejam disponíveis quando necessários. Podem estar associados a dificuldade operacional, queda de comunicação ou perda da capacidade de processamento. Infra-estrutura, risco de a empresa não possuir infra-estrutura tecnológica adequada para suportar as necessidades do negocio, considerando os aspectos de eficiência, custo/benefício e gerenciamento dos controles.¹⁰

10 CONSEQÜÊNCIAS QUE UMA EMPRESA PODE TER SE NÃO EXISTIR A ATIVIDADE DA AUDITORIA INTERNA, NO CONTROLE DAS INFORMAÇÕES DIRECIONADAS PARA O SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Com base na rápida evolução da tecnologia da informação, pode-se dizer, que as organizações sem Auditoria Interna enfrentam sérios riscos, pois algumas empresas não possuem um controle interno adequado, com o enfoque voltado em salvaguardar o ativo da empresa e verificar a exatidão, das informações geradas pelo sistema. A não observância desse controle direcionado aos sistemas de informações pode provocar varias conseqüências à organização:

- Inconfiabilidade no controle das rotinas de alimentação de dados no sistema de informações ocasionando possíveis dificuldades à “*alta administração*”, na busca de um retrato fiel e atualizado da empresa, pois, a visão do que se passa na entidade e recomendações visando a correção de eventuais desvios e até mesmo o redirecionamento de ações dentro da organização são pré-requisitos essenciais a uma tomada de decisão segura em tempo hábil.

¹⁰ Ibid., p.215

- Incidência de erros e fraudes na entrada de dados que serão processados, pois, entradas erradas conduzem a saídas erradas, e isto pode ser prejudicial para o ambiente econômico, social e humano de qualquer organização. Isto por sua vez pode causar aumento de custo, trazendo desmoralização e falta de credibilidade, e pode, também, causar medo quanto ao uso dos sistemas de informações computadorizado.
- Acesso das informações restritas ou sigilosas que pertencem à administração, gerência contabilidade, tesouraria por pessoas sem autorizações para obtê-las. Os controles de segurança de informações computadorizados são referentes à proteção das informações, evitando-se atos de destruição intencionais ou não, acidentais ou até atos de sabotagem. Os riscos de danos aos ativos e de possíveis perdas irrecuperáveis de dados, através de erros de operação, equívoco nos registros magnéticos, falhas no processamentos dos dados e roubo de informações cresceram com a difusão da informática e a pulverização dos conhecimentos. Um outro fator que afeta a controle interno das informações é a ausência ou inadequação da segregação de funções de informática que aumenta o risco de ocorrência de transações errôneas ou fraudulentas, alterações impróprias de programa e danos em recursos computacionais.
- Riscos de perda das informações armazenadas no sistema, pois, uma avaliação completa do risco deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento ou modificação do plano e das políticas de segurança da organização. Essa avaliação é importante porque é através dela que se identifica todas as ameaças e vulnerabilidade do sistema e se decide quais riscos serão aceitos e quais deverão ser reduzidos através dos controles de segurança. A avaliação do risco deve considerar a vulnerabilidade inerente aos dados ou seja, sua susceptibilidade a erros materiais causados por omissão ou inserção incorreta ou indevida de dados, e o risco adicional a que os sistemas e os dados podem estar sujeitos,

em função do seu uso por usuários internos e externos e eventuais tentativas de acesso por estranhos não autorizados.

- Falta de programas de avaliação de desempenho eficaz, para que operadores de sistema sejam encaminhados a cursos de treinamento na área de tecnologia da informação.

CONCLUSÃO

A grande maioria das atividades da organização está automatizada, em maior ou menor grau, não importando se tratamos de setor público ou privado. A lucratividade, competitividade e daí a futura viabilidade das empresas dependem em grande parte do funcionamento contínuo e adequado dos processos de negócio suportados pela Tecnologia da Informação (TI). Sem estas condições, existirá sempre a dúvida sobre o sucesso de uma dada organização. Pois as empresas estão se tornando cada vez mais vulneráveis, pelo grau de sua dependência ao sistema de informações, fazendo com que eventuais desastres em seu Centro de Processamento de Dados (CPD) ameacem a continuidade das operações da própria empresa.

Neste cenário, a Auditoria Interna de Sistemas tem como função principal promover a adequação (avaliações e recomendações para o aprimoramento) dos Controles Internos nos sistemas de informação da organização. Outra questão relevante diz respeito à atual conceituação da auditoria de sistemas que, sem negligenciar os aspectos de segurança, de prevenção de riscos e de apuração de irregularidades, deve assumir um posicionamento de assessoria de alto nível e auxiliar a administração a desincumbir-se eficazmente de suas responsabilidades, para que a empresa tenha condições de melhorar a eficiência de seus sistemas, obter maior retorno dos investimentos e diminuir custos e riscos.

Uma avaliação completa do risco deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento ou modificação do plano e das políticas de segurança da organização. Essa avaliação é importante porque é através dela que se identifica todas as ameaças e vulnerabilidades do sistema e se decide quais riscos serão aceitos e quais deverão ser reduzidos através de controles de segurança. Os riscos são periodicamente avaliados, de acordo com políticas documentadas para essa avaliação. As avaliações do risco são realizadas

por pessoal suficientemente independente (não diretamente responsável pelas questões de segurança), sendo revistas toda vez que algum sistema, instalação ou outra condição se altere.

Com base em todas as informações discutidas no decorrer do trabalho pode-se concluir que todas as empresas necessitam da atividade da Auditoria Interna no controle das informações direcionadas ao sistema de informações, pois, assegura maior correção dos registros, contribui para obtenção de melhores informações sobre a real situação da empresa, aponta a existência de falhas, erros, fraudes na entidade e nos controles internos do sistemas de informações.

BIBLIOGRAFIA

ATTIE, William. Auditoria interna. São Paulo: Atlas, 1992.

ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas, 1998.

AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna. 2 ed. São Paulo: Audibra, 1992.

BIO, Sérgio Rodrigues. Sistema de informações: Um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1987.

BOYNTON, William C. et al. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.

Conselho Federal de Contabilidade. Normas profissionais do auditor. Portaria nº781, de 24 de março. 1995.

Disponível em :< http://www.unb.br/aud/conceito_e_interpretacao.htm> Acessado em: 26/11/2004

Disponível em :< http://www.unb.br/aud/o_que_e_controle.htm> Acessado em: 26/11/2004

GIL, Antonio de Loureiro. Sistema de informações contábil/financeiro. São Paulo: Atlas, 1992.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Controles Internos Contábeis e Alguns Aspectos de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2000.

IMONIANA, Joshua Onome. Auditoria de sistemas de informações. São Paulo: Atlas, 2005.

KWASNICKA, Eunice Laçava. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 1995.

MAGALHÃES, Antonio de Deus F. Sistemas contábeis. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MOCOVE, Stephen A. et al. Sistema de informações contábeis. São Paulo: Atlas, 2002.

PADOVEZE, Clovis Luís. Sistema de informações contábeis. São Paulo: Atlas, 1998.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. Auditoria interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico São Paulo: Atlas, 1999.

REZENDE, Denis Alcides. et al. Tecnologia da informação aplicada a sistema de informações empresariais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

STAIR, Ralpl M. et al. Principio de sistema de informação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

UHL, Franz. Auditoria interna. São Paulo: Atlas, 1981.

